

Aos nove dias do mês de setembro de 2022 reuniu pelas dez horas e trinta minutos, por via telemática a Direção Executiva do Sindicato das Comunicações de Portugal (SICOMP), com a presença do Presidente, Luís Rijo Alves Fernandes, dos Vice-Presidentes, Susana Odília Martins de Faria, Paulo Francisco Correia Gonçalves e Jorge Manuel Simões Galvão, o Tesoureiro, José Alberto Maurício de Carvalho e os Vogais, Ricardo Manuel Barreiro Barata Santos, Vitor Manuel Carreira Libório e Vitor Manuel Martins.

Participou ainda como convidado, sem direito a voto, o Presidente do Conselho Geral, **Carlos Alberto Simões Vicente.** 

Aberta a reunião foi definido o objeto da reunião, com os pontos da Ordem de Trabalhos que constam da Convocatória elaborada pelo Presidente da Direção Nacional e Executiva (Anexo I).

Dando seguimento ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, a ata da reunião anterior, distribuída atempadamente, não teve alterações a registar, sendo posta à votação e aprovada por unanimidade.

Entrando na análise e discussão do ponto 2 da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra à Vice-Presidente **Susana de Faria**, para se pronunciar sobre a situação laboral na RTP, que referiu que foram concluídas as negociações da Revisão salarial do AE e a revisão de algumas clausulas. Lembra ainda que está marcada para o dia 15 de Setembro de 2022, a assinatura final do Acordo obtido para posterior publicação no BTE.

Sobre o texto do PPR a aplicar na Empresa considerou que o mesmo não está muito claro e que suscita algumas dúvidas, pelo que foi solicitada uma reunião para esclarecimento. Posteriormente será tomada uma decisão sobre este tema. Refere ainda que os trabalhadores da RTP, continuam a laborar em teletrabalho e regime hibrido.

O Presidente da Direção Nacional, **Luís Rijo**, além do Texto do Acordo será também assinado um Anexo ao referido acordo.

Foi dada a palavra aos restantes membros presentes, tendo o Vogal da Direção Executiva **Victor Martins** considerado positivo o aumento em matéria salarial – 20,50 euros igual para todas as categorias profissionais. Salientou ainda que a intervenção sindical do SICOMP na Empresa tem sido positiva e que



deve continuar como forma de defender os interesses socioprofissionais dos seus associados e trabalhadores em geral.

Passou-se seguidamente à apreciação da situação laboral na ALTICE Portugal, tendo o Presidente da Direção Nacional, Luis Rijo referido que face aos últimos acontecimentos ocorridos relativamente aos Planos de Saúde da Altice Portugal. A Empresa ao anunciar unilateralemte que irá aplicar alterações com efeitos a 1 de Janeiro de 2023, não o deveria fazer. Está a anunciar uma medida unilateral, que para ter validade teria de ter o acordo dos beneficiários titulares. Com efeito o Protocolo da Revisão do Plano de Saúde Clássico, assinado em 14 de Junho de 2014, pela Administração da PTC e por todas as ERCT, que obriga que "qualquer alteração ao Plano de Saúde Clássico só terá validade se tiver o acordo da maioria das ERCT, que terão de representar a maioria dos beneficiários-titulares representados pelas ERCT subscritoras do referido protocolo". Refere ainda que a Empresa até ao momento, ainda não apresentou à Comissão de Acompanhamento dos Planos de Saúde, as Contas referentes ao ano de 2021. Salientou ainda que face à impossibilidade de definir uma estratégia comum com todos os Sindicatos da Empresa, por responsabilidade dos Sindidicatos da Frente Sindical, um conjunto de Sindicatos (STPT, SINDETELCO, TENSIQ e SICOMP) irão reunir e na sequência das ações conjuntas anteriomente realizadas com a presença dos juristas destes sindicatos, na próxima semana, com o objectivo de desencadear uma ação judicial coletiva contra a Empresa.

Informou ainda que o Conselho Diretivo da USI – União dos Sindicatos Independentes, na sua reunião realizada no dia 8 de Setembro de 2022, ao analisar este assunto por Proposta do SICOMP, irá prestar todo o apoio juridico necessário e apoiar financeiramente os encargos dai resultantes. O **Dr. Ramos Lopes**, jurista da USI estará presente na reunião a realizar sobre este assunto.

O vogal da Direção Executiva **Victor Martins**, referiu a utilidade de juntar as partes envolvidas no processo. Lembrou que na primeira reunião que houve com a ALTICE uma das preocupações do SICOMP, foi a defesa do sistema de saúde da PT, onde houve na altura um compromisso por parte da Empresa em salvaguardar e honrar a sua manutenção respeitando o acordo obtido anteriormente com a PT. Considera positiva a iniciativa dos 4 Sindicatos e realçou a importância do envolvimento da USI, neste processo, designadamente o apoio juridico e o suporte financeiro nos custos judiciais.



O Presidente do Conselho Geral, **Carlos Vicente**, considerou que a ALTICE não está a honrar os seus compromissos quando anuncia unilateralmente alterações aos Planos de Saúde a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2023. Salienta ainda o papel da Comissão de Trabalhadores da ALTICE, cuja atuação se tem revelado parcial e não tem contribuido de forma positiva a encontrar uma forma de atuação conjunta de todas as ERCT da Empresa. O SICOMP, tem obrigação de lutar pela defesa do Planos de Saúde e considera igualmente importante o desenvolvimento das ações a desenvolver pelo conjunto dos 4 Sindicatos na sequência de outras ações já anteriormente realizadas. Considera igualmente importante o envolvimento da USI neste processo, relativamente ao apoio juridico e financeiro.

O Vice-Presidente da Direção Nacional **Paulo Gonçalves**, considera positiva a ação judicial a levar a cabo pelos 4 Sindicatos da Empresa, no sentido de tentar formas diferentes de atuação que conduzam a resultados positivos.

A Vice-Presidente **Susana de Faria**, referiu nada ter a acrescentar ao que foi dito anteriormente, mas salienta no entanto que o procedimento unilateral nos processos de negociação por parte das Empresas, continua a ser infelizmente uma prática recorrente que teremos de combater.

Sobre a situação socio laboral nos CTT, o Presidente da Direção Nacional e Executiva, **Luis Rijo** informou que a segunda reunião com a DGERT não produziu resultados positivos, dado que os representantes da Administração da Empresa, declararam que esta mantinha a sua posiçãoanterior, isto é, não ter disponibilidade para discutir a Proposta apresentada pela parte sindical – aumentos intercalares. Os Sindicatos da Empresa face a esta posição da Empresa, irão reunir em conjunto para definir as próximas ações a realizar, pelo que se aguarda a convocação dessa reunião.

O Vice-presidente, **Paulo Gonçalves**, lamenta a posição da Empresa e informou que esta, está a desvalorizar a negociação coletiva com os Sindicatos, mas continua a aplicar atos de gestão, como é o caso da transferência de prémios que variam entre 40 a 350 Euros a alguns trabalhadores da Empresa. O Presidente do Conselho Geral, **Carlos Vicente** faz referência à Audição Parlamentar do Presidente do Conselho de Administração da Empresa, em que este referiu que a situação da Empresa continua a ter resultados positivos e relativamente às relações laborais e negociação coletiva, esta se encontra a decorrer dentro da normalidade, entrando em contradição com a realidade existente, isto é, os lucros



obtidos pela Empresa valorizam cada vez mais os acionistas, mas desvalorizam os trabalhadores e a Contratação Coletiva.

O vogal da Direção Executiva, **Victor Martins** referiu que na sua deslocação aos diversos locais de trabalho nos CTT se apercebeu que os trabalhadores estão numa posição de expectativa face aos acontecimentos. Sobre a transferência de prémios que não abrange a totalidade dos trabalhadores, salientou que este forma de actuação é uma estratégia da Empresa, que visa dividir os trabalhadores e minar a sua capacidade de mobilização além de desvalorizar a contratação coletiva.

O Presidente da Direção nacional, Luis Rijo, referiu ainda que os lucros obtidos pela Emresa fazem parte do Grupo Empresarial no seu conjunto que engloba todos os setores, desde o tratamanto, a distribuição, as encomendas, a atividade financeira e outras, pelo que não faz sentido a quebra de receitas no Correio, para justificar a falta de condições para aplicar aumentos salariais mais significativos.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata (5 páginas), que seá apreciada e votada na próxima reunião da Direção Executica.

	Luís Vítor Rijo Alves Fernandes
	Susana Odília Martins de Faria
]	Paulo Francisco Correia Gonçalves



Jorge Manuel Simões Galvão
José Alberto Maurício de Carvalho
Ricardo Manuel Barreiro Barata Santos
Vior Manuel Carreira Libório
Victor Manuel Martins
Carlos Alberto Simões Vicente